



DISCURSO DE ABERTURA DO XIV ENCONTRO NACIONAL 2022

A coordenação do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa saúda os participantes do XIV Encontro Nacional de Fóruns.

Saudamos e desejamos boas-vindas aos que compõem os Fóruns:

Fórum Permanente da Política Estadual da Pessoa Idosa do Acre (ACRE),

Fórum Permanente do Idoso do Estado do Amazonas (AMAZONAS),

Fórum Permanente de Defesa da Pessoa Idosa (BAHIA),

Fórum Cearense de Políticas para o Idoso - (CEARÁ),

Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (DISTRITO FEDERAL),

Fórum Paranaense da Pessoa Idosa (PARANÁ),

Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO).

Saudamos também a todos os convidados e os que participam através de nossas redes sociais.

Realizamos o XIV Encontro Nacional de Fóruns mais uma vez de forma remota diante da insegurança sanitária que ainda persiste, dois anos após o início da pandemia provocada pelo coronavírus.

Externamos nosso sentimento de pesar a todos os familiares e amigos das quase 700 mil pessoas que perderam a vida pela Covid-19. Destacando que 500 mil dos mortos são de Pessoas Idosas, isto é, 72% que morreram de Covid-19 são Pessoas Idosas.

Ressaltamos também que várias instituições nacionais e internacionais apontam que 70% das pessoas infectadas pelo coronavírus apresentam alguma sequela e 20% apresentam sequelas graves.

Faz-se política com pessoas e para pessoas de todas as idades do ciclo da vida. Quem envelheceu não está excluído da participação social e nem da luta. É um sujeito de direitos e um protagonista social, não somente pelo saber e pela experiência, mas pela construção de projetos e propostas para o futuro em interlocução intergeracional.

Além disso, a longevidade faz parte do imaginário e do sonho humano de todos os tempos. No entanto, é importante não somente viver muitos anos, como também vivê-los com qualidade, dignidade, direitos, autonomia e seguridade. A longevidade é uma conquista que se consolida à medida em que há garantias de bem-estar social e redução das desigualdades. É fruto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo pelas condições de melhoria de vida ao longo da existência, das políticas de proteção, das contribuições da ciência e das práticas de saúde e de trocas sociais significativas, bem como de convivência e cuidado.

A contribuição da renda e das atividades das pessoas idosas na economia e na coletividade estimula o consumo e dá sustentabilidade à família, inclusive em períodos de desemprego e de crises capitalistas.

As políticas neoliberais, como as que foram impostas ao Chile por Augusto Pinochet e que estão sendo executadas pelo governo brasileiro desde 2016 e que foram ampliadas em 2019, equivocadamente consideram o envelhecimento e as pessoas idosas como um grupo privilegiado e um peso para o Estado. São Políticas que promovem a redução ou mesmo a anulação dos direitos e benefícios conquistados, para realizar os ajustes fiscais e as contrarreformas, para favorecer o capital e acentuar a exploração das classes trabalhadoras.

O desmonte da seguridade social pública e as privatizações de empresas e serviços públicos são o foco central dessa política

neoliberal, para favorecer o mercado dos serviços sociais. Assim, o Sistema Financeiro importa mais que as necessidades humanas das pessoas idosas e dos demais trabalhadores. Política que acentua o abismo da desigualdade social no Brasil, que ficou ainda mais evidenciada, em 2022, com estudos que apontam que 33,1 milhões de brasileiros estão passando fome e que mais da metade dos brasileiros estão em situação de insegurança alimentar.

As violências contra as pessoas idosas se expressam de diferentes formas, tanto pelas instituições do Estado, como pelas instituições privadas. Dentre as violências, as mais denunciadas estão as que acontecem nas relações de poder na família, que se traduzem em agressões físicas, financeiras, psicológicas, de negligência, abandono e sexuais, especialmente contra mulheres idosas. E no momento, estão em situação crescente as violências digitais.

Idosas e idosos, que hoje fazem parte dos Fóruns, desde jovens se mobilizaram na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, na redução das desigualdades e na estruturação do Estado para promoção do bem-estar e da seguridade social, lutando para que não se tornasse um instrumento passivo de acumulação capitalista. Uma das legislações fundamentais a assegurar direitos da pessoa idosa foi o Estatuto da Pessoa Idosa, lei 10.741, de 2003, proposta pelos movimentos sociais, encampada pelo Senador Paim e promulgada pelo Presidente Lula.

Os desafios da longevidade, da transição demográfica, da defesa de direitos, da seguridade social para as pessoas idosas, bem como da sua cooptação por forças conservadoras, estão a exigir, com urgência, o fortalecimento dos Fóruns.

Fóruns que articulem, ao mesmo tempo, a participação do segmento nos conselhos, nos movimentos sociais, como na defesa de direitos no amplo leque evidenciado no Estatuto da Pessoa Idosa.

Nesse sentido o Fórum Nacional compõe a Coordenação Regional de Organizações da Sociedade Civil da América Latina e do Caribe sobre Envelhecimento e Velhice - Rede CORV. A REDE CORV tem como objetivo monitorar o cumprimento dos acordos internacionais sobre envelhecimento e fortalecer as redes nacionais de Pessoas Idosas e instituições da sociedade civil.

É preciso denunciar a retirada de direitos, a discriminação, como o idadismo, e na sua expressão extrema a velhofobia, bem como a violência, promovendo o protagonismo político das idosas e dos idosos, inclusive levando em conta a experiência de luta e de vida. Militantes dos Fóruns têm acervo e substrato provenientes tanto das lutas pela democratização, como pela experiência vivenciadas nos diversos governos, e também oriunda das reflexões sobre a política brasileira.

É urgente a construção de uma política integrada de garantia de direitos e de condições de vida para as pessoas idosas, em uma rede de proteção social, principalmente diante da avassalante pressão neoliberal. Profundas mudanças nas relações familiares e no mundo do trabalho estão configurando relações intergeracionais que rompem com os arranjos vividos no capitalismo industrial e na vida rural de mão obra intensa. Crucial é o debate sobre a política de cuidado, principalmente nas situações de dependência que se acentuam, inclusive, com a longevidade, ao mesmo tempo em que estão articuladas às histórias de trabalho e condições de desigualdade.

Fomentar a existência de ações e políticas voltadas para a valorização do legado da pessoa idosa: suas lutas, história, cultura, saberes e experiência acumulada, assegurando sua difusão de forma permanente

e viabilizada por diferentes canais, com destaque especial para a voz das mulheres idosas que moram na periferia das cidades, campo e das florestas: mulheres negras, indígenas, LGBTQI+, ribeirinhas, deficientes e migrantes, cujas vozes foram secularmente silenciadas.

Não é o neoliberalismo ou as contra reformas, mas a proteção social, como política de estado, que irá assegurar a vida e a convivência intergeracional, condicionada ao enfrentamento da desigualdade socioeconômica, política e cultural. Mais do que nunca, torna-se crucial a defesa da Seguridade Social, da Previdência Social Pública, do SUS, do SUAS, bem como da construção de uma rede integrada de serviços às pessoas idosas na efetivação da cidadania.

A velhice não é peso nem doença. É contributo ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e político para um envelhecimento digno conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal.

“Contra o Desmonte, reafirmando os Direitos da Pessoa Idosa”

Com estas reflexões, a COORDENAÇÃO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA dá por aberto o XIV ENCONTRO NACIONAL!

Em 17.11.2022